

Coluna do Castello

O que pode esperar Sarney

O governo que jurou durante mais de um ano jamais bater às portas do Fundo Monetário Internacional está às vésperas de fazê-lo. Trata-se do mesmo governo que ofereceu a moratória da dívida como ato de soberania do país e que, agora, está prestes a revogá-la. Ir ao FMI não é coisa do outro mundo — é deste, e a ele recorrem quase todos os países atropelados por grave crise econômica e financeira como a que nos aflige. A moratória é um recurso não pouco usual para o qual apelam os que não têm, simplesmente, recursos disponíveis em caixa.

Transformar o FMI em algoz dos interesses nacionais e apresentar um ato de falência como se fora um gesto de coragem podem servir, por certo tempo, para conferir alento a governos enfraquecidos e desorientados — mas para nada mais servem. E só servem, naturalmente, por pouco, pouquíssimo tempo. Ocorre o que o presidente José Sarney menos desejou que ocorresse: a reta final da Constituinte coincide com o pior momento vivido por seu governo até aqui. Em termos do atual governo, nunca se sabe qual momento poderá ser o pior. Talvez o próximo.

O ritmo acelerado que o deputado Ulysses Guimarães tenta imprimir ao processo constituinte antecipará, de pelo menos 15 dias, a votação pela Comissão de Sistematização do capítulo das "disposições transitórias" do projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral. Ali pode ser definida a sorte do governo de Sarney. Ao votarem o capítulo, os constituintes decidirão quantos anos de mandato restam para o presidente e quando, e de que forma, será implantado o parlamentarismo, recentemente aprovado pela comissão. Mais tarde, no plenário, será difícil mudar o que a comissão fizer.

Há dois meses, quando a situação do governo era ruim mas não tanto como é hoje, eram muitas as sugestões e, combinadas das mais variadas maneiras, favoreciam a abertura de um rico leque de hipóteses. Podia dar cinco anos com a manutenção do presidencialismo como sistema de governo — exatamente como ainda deseja Sarney. Podia dar parlamentarismo com cinco anos de mandato — ou parlamentarismo com seis anos. O parlamentarismo poderia ser introduzido a conta-gotas, lenta e gradualmente. Ou talvez ficasse para ser adotado após o fim do mandato do presidente — que, nesse caso, poderia ser de cinco anos.

A deterioração progressiva da autoridade do presidente da República, e rápida da crise política conjugada à crise econômica, reduziu o

leque a poucas alternativas. Minguaram ou, praticamente, foram afastadas as chances de manutenção do presidencialismo. No quadro atual, só há uma possibilidade de o presidencialismo ainda vingar — se for acompanhado do mandato de quatro anos. Uma improvável vitória desse sistema de governo levaria os parlamentaristas, que são hoje a maioria da Constituinte, a votarem pela redução do mandato de Sarney.

Se o presidente recuar em sua teimosia e tender-se à força do parlamentarismo, ainda poderá tentar negociar um mandato de cinco anos, como admitem os senadores José Richa e Fernando Henrique Cardoso — ambos, por sinal, favoráveis à escolha do sucessor de Sarney em novembro do próximo ano. Ou antes disso, se necessário. Arrisca-se o presidente a ser contemplado com a alternativa mais cruel — o parlamentarismo, tão logo seja promulgada a Constituição, combinado com o mandato de quatro anos. Ulysses quer dar cinco anos a Sarney com parlamentarismo no último ano.

No seu empenho para preservar os poderes que o presidencialismo lhe dá e para arrancar o mandato de cinco anos, comporta-se Sarney como se se dispusesse de preciosos trunfos para jogar na mesa na hora certa. O plano econômico do ministro Bresser Pereira foi para o espaço. Só não carregou seu autor porque o ministro está encantado com a falsa aura de poder que o cargo lhe confere. A inflação disparou, e, até janeiro, pelo menos, não há como pensar em reverter sua tendência para o alto. O governo está paralisado, as reformas adiadas e não há uma só idéia nova em circulação.

Em consequência, aprofunda-se a crise de governabilidade que se alimenta, também, na má performance e na inexpressividade do quadro de auxiliares do presidente. O autor do último arremedo de reforma ministerial conhecida não foi Sarney — foi o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães. Sem cerimônia, Raphael confrontou o presidente, escalou seu substituto no Ministério da Previdência Social, evitou que ele se fundisse com o Ministério da Saúde e, por pouco, não fez os novos ministros da Ciência e Tecnologia e da Justiça.

Indicou o economista Celso Furtado para a vaga de Renato Archer e o deputado Luiz Henrique para a vaga a ser aberta com a saída de Paulo Brossard, da Justiça. Furtado só admitia transferir-se para o Ministério da Ciência e Tecnologia levando o Ministério da Cultura a tiracolo. Archer vetou a incorporação. Furtado ficou onde estava. Archer foi tratar do que reconhece que não entende e Luiz Henrique ocupa-se, hoje, em distinguir um *chip* de um *modem*. Brossard, que não arredou pé do seu lugar, conseguiu impedir a transferência da Empresa Brasileira de Notícias para a órbita presidencial.

Em tempo: tem vaga no Palácio do Planalto.

Ricardo Noblat (Interino)